



“Apaixona-te pela tua Pátria; trabalha confia e prospera...”:

a construção do conceito de civismo a partir do pensamento disseminado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (1969-1985)

Lara Coletto¹

Resumo: A Educação Moral e Cívica é um tema que se faz presente ao longo da História da República brasileira, debatida tanto pela esquerda quanto pela direita. A ditadura civil-militar também dedicou parte de sua atenção ao tema, tendo como motriz os acontecimentos de maio de 1968, em âmbito global. Os debates acerca da implementação da EMC ocorriam desde os primeiros momentos do golpe, em 1964, quando a disciplina de Organização Social e Política Brasileira foi revogada com a alegação de que necessitava ser reformulada, já que havia sido implementada em 1961. Tal medida resultou em um trabalho intensivo daqueles que consideravam a EMC como necessária para refrear a suposta invasão comunista, reduzindo seu controle sobre as "mentes" da juventude brasileira. O general Moacir Araújo Lopes foi o maior defensor de tais ideias, a partir de sua proximidade com o governo contribuiu na formulação das leis que regulamentaram e estabeleceram as disciplinas e cursos para formação de professores, além de criar e ser o primeiro presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo. O seguinte trabalho busca analisar a partir de documentos oriundos da CNMC e produções do general Lopes para compreender e mapear o conceito de civismo disseminado pelas disciplinas de EMC.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Educação Moral e Cívica; Civismo.

Introdução

"Neste dia, há 57 anos, a população brasileira, com apoio das Forças Armadas, impediu que o Movimento Comunista Internacional fincasse suas tenazes no Brasil. Força e honra!"

MOURÃO, 2021.

No dia 31 de março de 2021, data do golpe perpetrado em 1964, o vice-presidente da república brasileira, general Hamilton Mourão, publicou em sua rede social a fala acima citada, seguida de fotos retratando o período da ditadura civil-militar, nas quais se percebia uma multidão de pessoas segurando faixas. Notamos três pontos interessantes nas palavras publicadas por Mourão: em primeiro lugar, ao colocar que a iniciativa partiu da população

¹ Estudante de doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sendo esta pesquisa financiada pela Capes.



brasileira contando, *apenas*, com o *apoio* das Forças Armadas, indica o papel secundário dos militares, além disso, vai de encontro com uma memória partilhada por civis e militares, de que o Exército se manteve apenas preocupado com o bem-estar da população de seu país, agindo em prol de sua "salvação". Em segundo lugar, ao citar como ameaça o movimento comunista internacional, traz o elemento anticomunista ao debate. Por fim, coloca o golpe como um ato de força patriótica que seria motivo de honra para a população.

A pergunta que se coloca é clara: como, 59 anos depois, vemos falas de apoio a um regime político que produziu centenas de mortes, como as do vice-presidente da república? Nota-se que esse discurso circula, desde o processo de redemocratização, por diferentes setores da sociedade brasileira, não só políticos. Marcos Napolitano (2015, p.11) aponta que, ao nos referirmos a períodos recentes da sociedade, principalmente àqueles passados traumáticos, percebemos que esses temas encontram-se dentro de uma disputa constante entre memória e História. A construção de uma memória social do regime foi alicerçada em bases liberais - durante o afastamento desse grupo dos militares no poder, seus antigos aliados - aglutinando pensamentos da esquerda não armada (NAPOLITANO, 2015, p.17-18). Tal projeto resultou na hegemonia de uma memória crítica à ditadura civil-militar, mas não silenciou às diferentes vertentes, inclusive o revisionismo acerca do tema, intensificado no que Napolitano chama de "quarta fase" ²da memória sobre o período, dos anos de 2003 em diante.

Nota-se então que a memória é construída a partir de um processo lento, e que, no que tange a memória do período da ditadura civil-militar brasileira, o período de 2003 até os dias atuais, demonstram "uma fissura nas bases da memória hegemônica construída desde os anos 1970" (NAPOLITANO, 2015, p.32). Podemos perceber, então, que muitos são os motivos para que falas como a do vice-presidente Hamilton Mourão ecoem por diferentes espaços, públicos e privados. Dessa forma, optamos por compreender o cerne de tal pensamento através de uma linha que busca captar a importância do pensamento produzido e disseminado pelas disciplinas de Educação Moral e Cívica.

²Em seu artigo intitulado "Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro", Marcos Napolitano aponta para o fato de que a memória social é "marcada pelo jogo entre esquecimento e rememoração seletivos para justificar posições no passado e identidades no presente" (NAPOLITANO, 2015, p.20). A primeira fase é identificada entre 1964-1974, caracterizada pelo golpe, AI-5, e o "milagre econômico", entre outros. A segunda fase ocorreu entre 1974-1994 e foi o momento em que se construiu uma memória crítica à ditadura. A terceira fase, entre 1995-2004, pode ser caracterizada pelas leis de memória com base em políticas de Estado. Por fim, a quarta fase, 2004-2015, comporta o revisionismo tanto ideológico quanto historiográfico.



A Educação Moral e Cívica no Brasil

A Educação Moral e Cívica, no Brasil, é tema de debates inclusive no presente, porém, foi nos anos iniciais da república que tal questão surgiu. A jovem república brasileira necessitava moldar o cidadão para que ele compreendesse seu lugar dentro da nova forma de governo. Sendo assim, era necessário ensinar à juventude questões como civilidade, bons costumes, higiene, história e os heróis da Pátria, além das grandezas geográficas do país (FILGUEIRAS, 2006, p.23). Com a passagem da Primeira Guerra Mundial, as elites brasileiras passaram a dar maior importância para a educação cívica, compreendendo sua necessidade para a coesão nacional, portanto, foi decidido que o civismo deveria ser uma prática vivenciada cotidianamente no ambiente escolar: em atividades, no canto do hino, na presença da bandeira etc.

Foi durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945) que questões como raça, segurança nacional e trabalho foram inseridos nos debates de moral e civismo. Seguindo um padrão que se intensificava durante a época tendo como agente mobilizador a Segunda Guerra Mundial e o progresso tecnológico, a educação moral e cívica passou a ser vista como uma prática que deveria estar presente em todas as disciplinas, perpassando a formação básica do cidadão. Com a inserção de militares como professores, foi adicionada a disciplina de Educação Física como obrigatória no currículo, além disso, o Canto Orfeônico também foi colocado enquanto etapa primordial para a educação dos jovens brasileiros. O que se faz importante destacar, é o fato de que, o Estado Novo caracterizou-se em um governo de cunho autoritário, sendo assim, a educação cívica era de extrema importância para intensificar o apoio ao regime instaurado; nota-se então que é em momentos de crise política que há uma exacerbação do civismo, tomando lugar, como nos diz Tatyana Maia (2012, p.30) da cidadania, tendo como justificativa a proteção da nação.

Já nos anos 1960 via-se a continuidade de um movimento iniciado através de projetos políticos nacional-desenvolvimentistas, nos quais diferentes linhas, da esquerda à direita liberal, compreendiam a importância da educação como meio para modificar o pensamento da população inculcando-lhes ideias que visassem o desenvolvimento nacional. Dessa forma, a partir da Lei de Diretrizes Básicas (LDB), no ano de 1961, viu-se a necessidade de criar dispositivos que servissem a esse fim e foi então criado o Conselho Federal de Educação (CFE), órgão de caráter normativo que buscava organizar um projeto para a educação tendo



como foco o desenvolvimento do cidadão, cívica e democraticamente. As primeiras prerrogativas da LDB anunciavam que a educação moral e cívica deveria ser prática de todas as disciplinas, porém, em 1962, com a criação do CFE, foi instaurada a disciplina de OSPB - Organização Social e Política Brasileira, sendo ministrada para o ensino secundário. A disciplina buscava reforçar a necessidade de compreensão do exercício da cidadania e da democracia no país (FILGUEIRAS, 2006, p.32-37).

Durante os três primeiros anos do governo ditatorial implantado em 1964, a educação moral e cívica foi tema de incessantes debates. Tomado o poder pelos militares, houve reformulações e, por fim, a revogação da OSPB, tendo como justificativa a necessidade de uma reforma que atendesse as demandas do governo. Até 1967, o debate seguia confuso, o CFE mantinha seu posicionamento contrário à implementação de disciplinas de EMC, justificando que deveria ser uma prática trabalhada diariamente em todas as disciplinas, já grupos femininos conservadores exigiam a volta do ensino da educação moral e cívica.

Foi apenas em 1969 que uma decisão "concreta" foi tomada. Rodrigo Patto Sá Motta (2014), aponta o ano de 1968 e sua importância internacional como um dos fatores que desencadeou a instauração do Decreto n. 477, tendo como objetivo o desmantelamento "do movimento estudantil, considerado perigoso adversário do governo" (MOTTA, 2014, p.154). Buscava-se então, construir um novo modelo de cidadão: cívico, moral, religioso e ordeiro, que colaborasse para a coesão nacional e aceitação da ditadura. Para que se efetivasse tal projeto era necessário mais do que reprimir professores e alunos. Foi assim que, em 1968, o general Moacir Araújo Lopes, presidente de um grupo de trabalho da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), apresentou um anteprojeto entregue diretamente ao presidente da república, no qual propunha a inclusão da Educação Moral e Cívica em caráter obrigatório, para todos os sistemas de ensino.

Através de debates entre o CFE e a ADESG - liderada pelo general Lopes - foi construído o Decreto-Lei n. 869/69, que tornava obrigatória a EMC, porém foi a Lei 5692/71 que instaurou de fato as diretrizes para tal ensino. Sendo assim, o artigo de número 7 da Lei informava que seria

obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus. No ensino superior, a Educação Moral e Cívica seria realizada, sob a forma de "Estudos de Problemas Brasileiros" (Lei 5692/71)



A Lei efetivou uma reforma no ensino, tendo duas fases: o 1º grau, obrigatório dos 7 anos aos 14 anos, e o 2º grau com características profissionalizantes (FILGUEIRAS, 2006, p.52). O decreto reforçava também, a necessidade de incentivar a criação de Centros Cívicos, nos quais os alunos desenvolveriam a cidadania e a democracia.

As novas disciplinas necessitavam de professores capacitados, dessa forma, foi também criado o curso de Estudos Sociais, projeto elaborado pelo CFE em 1972. Como afirma Motta (2014, p.189), seriam disponibilizadas duas modalidades: a licenciatura curta, capacitada para trabalhar com o primeiro grau e a licenciatura plena, habilitada ao ensino no segundo grau. Esse professor poderia também ministrar aulas de História e Geografia, ou seja, as disciplinas formadoras da área de Ciências Humanas. Sua maneira de trabalhar deveria ser “isenta”, os livros didáticos produzidos guiariam os trabalhos do professor, que deveria segui-lo à risca. Além disso, a função do professor era formar um cidadão patriótico, com respeito às instituições básicas e “respeitador da moral”. Sendo assim, esperava-se inculcar nos estudantes o anticomunismo, barrando também as diferenças entre os cidadãos, garantindo, deste modo, a formação de uma nova geração imbuída daquelas características compreendidas enquanto pertencentes ao "cidadão de bem".

Outra medida decorrente do Decreto-Lei 869 foi a criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), instituição de grande interesse do general Moacir Lopes. Tal comissão foi criada em 12 de setembro de 1969 e era vinculada ao Ministério da Educação trabalhando diretamente com o CFE. Instituição de caráter normativo, teria seus membros escolhidos pelo presidente da república, com mandato de seis anos, porém um terço desses teriam dois anos, podendo ser estendido apenas uma vez. Àqueles que compusessem tal instituição deveriam ser figuras importantes na disseminação dos preceitos de moral e civismo, além de possuírem elibato caráter moral e cultural. O Decreto 869 colocava enquanto funções da CNMC as seguintes prerrogativas:

- a) Articular-se com as autoridades civis e militares, de todos os níveis de governo, para implantação e manutenção da doutrina de Educação Moral e Cívica de acordo com os princípios estabelecidos no artigo 2º;
- b) Colaborar com o Conselho Federal de Educação, na elaboração de currículos e Programas de Educação Moral e Cívica;
- c) Colaborar com as organizações sindicais de todos os graus, para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação Moral e Cívica;
- d) Influenciar e convocar à cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, as Instituições e órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas, teatros, cinemas,



estações de rádio e de televisão, das entidades esportivas e de recreação, das entidades de classes e dos órgãos profissionais; e das empresas gráficas e de publicidade;

e) Assessorar o Ministro de Estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista da moral e civismo, e colaborar com os demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura, na execução das providências e iniciativas que se fizerem necessárias, dentro do espírito deste Decreto-lei. (DECRETO-LEI 869 de 1969)

Os pronunciamentos da CNMC deveriam passar pelo aval do ministro da Educação, além do que, seus pareceres e decisões poderiam ser devolvidos pelo ministério para que fossem reexaminados. Mesmo assim, a comissão teria influência no tocante à Educação Moral e Cívica, dentro e fora do governo, podendo atuar de maneira conjunta com sindicatos, meios de comunicação e entidades governamentais (FILGUEIRAS, 2006, p. 58).

O funcionamento da Comissão seria dividido em oito reuniões ordinárias mensais. O plenário decidiria sobre questões da alçada da CNMC, como a formulação de "pareceres, indicações e relatórios, opinava sobre os currículos e programas básicos de Educação Moral e Cívica, organizava e submetia à aprovação do Ministro da Educação e Cultura as instruções para exame de livros didático" (FILGUEIRAS, 2006, p.58). Além disso, seria dividido em três setores: Implantação e Manutenção da Doutrina; Currículos e Programas Básicos; e de Exame dos Livros Didáticos. Haveria um presidente, um vice-presidente e um secretário, além de subcomissões e grupos de trabalho.

À frente da Comissão em sua primeira gestão estava o principal difusor de seus ideais: o general Moacir Araújo Lopes, também membro da Escola Superior de Guerra. Amanda Gondim, em sua tese de doutorado o descreve como membro da ESG, palestrante e escritor sobre o tema da moral e civismo, professor de EPB na Faculdade de Humanidades Pedro II, assumiu diversas funções de comando no Exército, assim como obteve muitas condecorações por seu desempenho (GONDIM, 2018, p.175).

A partir de 1967 o general passou a proferir palestras chamando civis e militares ao dever de contribuir com a educação cívica da população, já que acreditava que era necessária uma reforma dos valores culturais da sociedade. Insistia, então, na necessidade de o governo dar maior importância à educação, afirmando que o tema resultaria no desenvolvimento do Brasil. Muitas de suas palestras viraram livros, próprios ou aglomerados em obras compilatórias. Um deles intitulado "Liberdade e Democracia", publicado em 1968, tinha como subtítulo "Com apreciação sobre a filosofia de Herbert Marcuse", quem Lopes dizia ser



o “profeta da juventude”. O general cita a efervescência política do ano, ao referir-se à entrevista de Marcuse, na qual possibilita compreender o lugar político da juventude do período, compreendido enquanto um importante grupo pela direita e pela esquerda. Em entrevista a revista francesa *L’Express*, Marcuse, nas palavras de Lopes, declarou “que os estudantes servirão de porta-vozes à revolução dos operários” (LOPES, 1968, p.10). As palavras de Marcuse, referiam-se aos últimos movimentos estudantis na França, em maio daquele ano, comprovavam, para Lopes que “que Marcuse v[inha] fazendo evoluir a sua pregação subversiva” (LOPES, 1968, p.10).

É perceptível que o general Lopes buscava demonstrar aos dirigentes, em suas palestras, os maus caminhos que o Brasil cursava. Para ele, o maior inimigo da sociedade seria o marxismo, que, em seu pensamento, afastava o país dos preceitos da religião, além disso, culpava os professores por inculcar tais ideais nas mentes dos alunos, via como resultado desse processo atos que considera atentados a moral como a "aceitação do ‘homossexualismo’, a vulgarização, o uso de entorpecentes e anticoncepcionais e o enaltecimento do adultério" (GONDIM, 2018, p.181).

Dizia ainda que os “atos da parte da juventude, de intelectuais e de responsáveis pelas comunicações de massas, expressa[vam] o avanço total da filosofia de Marcuse” (LOPES, 1968, p.16). Para Lopes, o movimento hippie e as séries de protestos ocorridos naquele ano eram a prova da aproximação da juventude com Marcuse. Para os intelectuais e as classes artriticas, o exemplo trazido pelo general era o uso de “palavrões, pornografia, perversões sexuais, sexo e erotismo, no cinema, no teatro, na TV, no jornal, nas revistas e no livro”(LOPES, 1968, p.16), além do aumento de pesquisas sobre a temática sexual, sem, em nenhum momento, comprovar as fontes das informações trazidas. Nas comunicações, os desvios eram perceptíveis através de “retratos de mulheres e agora de homens nus”(LOPES, 1968, p.16).

Na busca por afirmar suas ideias, o general Moacir Araújo Lopes cita a obra *A Revolta Estudantil*, publicada no ano de 1968, após os protestos ocorridos na França, contando como autores lideranças estudantis francesas.

O estudo dos manifestos e declarações dos líderes estudantis e professores participantes da crise político-social francesa, de maio e junho do corrente ano, hoje facilitado pelo pequeno livro lançado pela Editora Laudes, *A Revolta Estudantil*, permite-nos comprovar a marcha nos rumos apontados por Marcuse, no campo político, e o uso freqüente das suas idéias e expressões. E aqueles manifestos e declarações estão servindo de modelo a



alguns dos nossos estudantes e professores. É verdade que não se referem a sexo. A meu ver para não afrontar boa parte da opinião pública, pois que é conhecido o motivo da primeira interferência da polícia, na Universidade de Nanterre: quererem os estudantes liberdade para ir ao quarto das moças. Segundo aqueles pronunciamentos, a contestação nas Universidades não pode parar, pois tudo o que fôr conquistado só será permanente com a queda das autoridades e do regime em vigor. O poder estudantil deve instalar-se nas Universidades, com direito a veto em tôdas as decisões. Professôres, muitos de formação marxista, concordam plenamente com a tomada do poder de decisões pelos estudantes. No combate à autoridade, incluem-se o boicote às provas e exames e a negação de necessidade de negociações com o Govêrno. Nenhum valor moral consta dos testemunhos citados. Isto revela a causa profunda da explosão estudantil: formação e ambiente pragmatistas, aos quais a juventude foi e é submetida! (LOPES, 1968, p.16).

Para o general, a juventude brasileira caminhava para os mesmos rumos e, mais uma vez, seria necessária uma intervenção daqueles que melhor conheciam o Brasil e podiam guiar as jovens mentes brasileiras. Lopes dizia que havia duas escolhas, uma seria omitir-se e a outra

defender e projetar os valôres superiores da nossa cultura e Fé milenares, em tôdas as atividades, do indivíduo e do grupo, no lar e na comunidade, como melhor veremos no decorrer dêste trabalho. Assim, elevaremos a mente e canalizaremos, em rumos nobres, fôrças violentas da vida, ligadas aos instintos e que estão sendo sistematicamente exacerbadas. Realmente, a sublimação da sexualidade só poderá ser conseguida com o aperfeiçoamento espiritual, numa natural evolução do homem. Jamais com a erotização de todo o corpo humano e repúdio do trabalho, com a subversão das estruturas sociais e políticas vigorantes, através da juventude e dos intelectuais, em pleno domínio do materialismo. Seria risível, se não fôsse trágica e perigosa, a tentativa, a que assistimos, de estabelecimento de um paraíso, onde apenas se desenvolvam fôrças instintivas, com sublimação do sexo, mediante uma utópica transformação. (LOPES, 1968, p.21).

A maneira de se projetar tais valores foi a educação moral e cívica, já em debate no momento da publicação de Lopes. A construção das diretrizes para esse ensino partia, entre muitos aspectos, na ideia da crise moral que se acreditava viver o país naquele período. Além disso, para efetivar o projeto desenvolvimentista em curso a partir do governo Costa e Silva, grupos conservadores, aos quais o general Lopes estava ligado, acreditavam ser necessária a reestruturação moral do país, visto também como empecilho em seu desenvolvimento econômico e social.

Dessa forma, o general Lopes foi um grande disseminador das ideias formuladoras da EMC, afirmava que o país estava correndo perigo porque instituições fundamentais estavam



desestruturadas, como a família e a escola, sugeria como necessária a reestruturação moral e cívica para alcançar o desenvolvimento. Para Lopes a população brasileira deveria ser disciplinada para então ser livre e alcançar o patamar de país desenvolvido.

Sendo assim, a EMC no período da ditadura civil-militar brasileira encontra-se ancorada no projeto político, econômico e social do regime, sendo um instrumento importante na repressão de qualquer dissenso, na inculcação de um moralismo caro aos grupos conservadores e no incentivo à mão de obra especializada, proporcionada pela implementação do ensino técnico nas escolas e as reformas no âmbito universitário.

Conclusão

Nota-se a importância da Educação Moral e Cívica, perceptível inclusive, através de seu tempo de duração, indo de 1969 até o ano de 1993, oito anos após o término da ditadura. Sendo este trabalho o ponto de partida para uma pesquisa de doutorado, utiliza-se o espaço compreendido pela Comissão Nacional de Moral e Civismo para traçar um caminho que vise compreender as raízes do conceito de *civismo*, tendo como objetivo principal contribuir para uma melhor compreensão das ideias que formam tal conceito.

Se faz necessário, também, recorrer à figura do general Moacir Araújo Lopes, personagem que melhor exprime os ideais de civismo da CNMC, por ser seu principal teórico; o estudo de tal personagem contribui inclusive para melhor compreender o salvacionismo militar, já que o general Moacir Araújo Lopes se encontrava ligado, também, a essa instituição.

A principal hipótese para esse trabalho é de que o civismo é um conceito importante na manutenção da ditadura civil-militar ao associar ideias-chaves como segurança, desenvolvimento e participação passiva dos cidadãos. O conceito é integrante de um discurso político autoritário que hierarquiza a participação dos sujeitos históricos no espaço público, cabendo à maioria da população a defesa incontestada do projeto nacional-desenvolvimentista em curso e a criminalização de qualquer dissenso.

Sendo assim, o conceito de civismo pode contribuir de maneira efetiva para a compreensão dos mecanismos da ditadura, dentro do aparato da Doutrina de Segurança Nacional, mas também nos possibilita entender a sociedade sob regimes autoritários e as maneiras ambíguas como os grupos sociais se relacionam com o regime ditatorial.



Referências

DECRETO-LEI Nº 869, DE 12 DE SETEMBRO DE 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E SUA PRODUÇÃO DIDÁTICA: 1969-1993.** Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2006.

GONDIM, Amanda Marques de Carvalho. **O QUE HERDAMOS DE NOSSOS ANTEPASSADOS?** A identidade nacional brasileira e portuguesa pela ótica de suas instituições educacionais. Tese de doutoramento, UFPE, 2018.

LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

LOPES, Moacir Araújo. **Liberdade e democracia.** Com apreciação sobre a filosofia de Herbert Marcuse. Editora do Exército, 1968.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975).** São Paulo, Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURÃO, Hamilton (@GeneralMourão). Neste dia, há 57 anos, a população brasileira, com apoio das Forças Armadas, impediu que o Movimento Comunista Internacional fincasse suas tenazes no Brasil. Força e honra! 31 de mar de 2021, 11:05 AM. Tweet disponível em: <https://twitter.com/generalmourao/status/1377260846301253637>. Visto em: 03/04/2021.

NAPOLITANO, Marcos. **Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro.** Antíteses, vol. 8, núm. 15, novembro, 2015, pp. 9-45 Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.